

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

MOVIMENTO SOCIAL LGBTQIAPN+ EM SERGIPE: UM DEBATE HISTÓRICO E TEÓRICO

MATHEUS ANDRADE DE MORAES ¹

SILMERE ALVES SANTOS ²

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é apresentar dados históricos do movimento LGBTQIAPN+ em Sergipe e refletir sobre o debate teórico sobre a temática. A metodologia seguiu a linha do materialismo histórico-dialético, os dados são de caráter qualitativo com fontes bibliográficas e documentais. Os resultados apontam para uma formação combativa ao caráter discriminatório da sociedade conservadora.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; LGBTQIAPN+; Sergipe; Historicidade.

ABSTRACT:

The objective of this work is to present historical data on the LGBTQIAPN+ movement in Sergipe and to reflect on the theoretical debate on the subject. The methodology followed the line of historical-dialectical materialism, the data are of a qualitative nature with bibliographic and documentary sources. The results point to a formation that combats the discriminatory nature of conservative society.

Palavras-chave: Social movements; LGBTQIAPN+; Sergipe; Historicity.

¹ Universidade Federal de Sergipe

² Universidade Federal de Sergipe

INTRODUÇÃO

O movimento social LGBTQIAPN+ em Sergipe apresenta embates e pautas correlacionadas para pressionar o Estado na implementação de políticas públicas voltadas para as pessoas LGBTQIAPN+, uma vez que estas estão subalternizadas no sistema heterocispatriarcal, racista e classista. A historicidade é um dos pontos principais para observar o movimento de relação entre a teoria e as lutas sociais, uma vez que é através de sua construção que se pode pensar na transformação.

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise histórica do movimento social LGBTQIAPN+ em Sergipe e apresentar o debate teórico relacionados aos movimentos sociais contemporâneos. Neste sentido, o percurso metodológico foi orientado pelo materialismo histórico-dialético, possibilitando uma análise histórica do movimento LGBTQIAPN+ no estado de Sergipe e a discussão com a teoria para abranger os conhecimentos. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica com fontes que revelaram a teoria dos novos movimentos sociais, a construção e transformações dos coletivos LGBTQIAPN+ em Sergipe, bem como documentos a partir de fontes jornalísticas. Os dados foram apresentados em caráter qualitativo e com uma análise exploratória.

O movimento LGBTQIAPN+ em Sergipe iniciou sua aproximação com a coletividade a partir de encontros realizados nos fundos de uma igreja católica apoiados por um padre, passando pela Universidade Federal de Sergipe, tornando pautas da população dentro das assembleias legislativas e ganhando as ruas. Houve também uma transformação das nomenclaturas em nível nacional, e no estado de Sergipe a pauta acompanhou as definições das siglas que denominam o nome do movimento.

É possível notar as dificuldades enfrentadas por esse movimento, oriundas do conservadorismo, pelas estruturas sustentadas pelo patriarcado, racismo e classismo. O preconceito é a parte que mais se explicita no nível da aparência, e aqui estão as principais lutas da população LGBTQIAPN+ em Sergipe. No entanto, é possível aprofundar o debate ao levar em consideração os processos de silenciamento, exclusão e apagamento.

Logo, os novos movimentos sociais podem atrelar os debates contemporâneos para lutar na essência das problemáticas das expressões da questão social, além de aprofundar seu debate contra a cultura conservadora que produz no Brasil uma formação sócio-histórica que deslegitima

sujeitos (as, es¹). Assim como, pautas que podem produzir novas políticas públicas atreladas a um compromisso de direitos humanos e à emancipação social.

1 Uma análise histórica do movimento LGBTQIAPN+ em Sergipe

Para iniciar a apresentação dos resultados foram demonstradas fontes bibliográficas produzidas por pessoas do movimento que tiveram contato fontes documentais e/ou jornalísticas e tiveram o interesse de realizar pesquisa histórica levantando de fontes liberadas por instituições do movimento além de fontes orais, essas últimas também fazem parte deste trabalho.

Para obter essas fontes foi realizada uma busca no site da Editora Diário Oficial de Sergipe (EDISE) uma vez que realiza publicação de trabalhos e/ou livros produzidos no estado de Sergipe. Para o tópico em questão foi encontrado o livro “Unidas!” (2018) escrito por Eliana Chagas e José Marcelo Domingos de Oliveira, que conta sobre a construção da instituição Unidas a partir da década de 1990, sendo até o presente uma das mais antigas que ainda está em funcionamento.

O primeiro grupo de pessoas na luta contra o preconceito foi o Grupo Dialogay de Sergipe (1970-2000) que apresentou importantes nomes de lideranças políticas, entre hiatos, remotes e desmembramentos sua extinção oficial se deu apenas no ano de 2003, sendo um dos grupos que mais perdurou no país. Segundo Cardoso (2021) a sua fundação ocorreu durante o processo de reabertura democrática, na fase final da ditadura militar, uma vez que tal abertura foi pressionada por mobilizações sociais.

É importante destacar a ligação do início desse grupo com o padre Inaldo de uma igreja católica localizada no bairro Siqueira Campos em Aracaju/SE, uma vez que o grupo começou a se reunir no fundo da casa dele para suas primeiras reuniões, a justificativa para a igreja era que esse apoio serviria como espaço para conforto espiritual através da palavra do evangelho. Por outro lado, sem o conhecimento da instituição católica possuía uma dinâmica de solidariedade entre si, tanto para sobreviver contra a discriminação quanto para se interligarem com os princípios cristãos.

Dentro desse contexto de preconceito, a ação do padre Inaldo de acolher os homossexuais em sua residência seria uma forma de evitar atritos com setores da igreja. O relato sobre essa comunidade católica expõe algumas características importantes das concepções do

¹ Identifica-se a linguagem neutra.

que Wellington enxergara na sua militância, visando essa comunidade interligada pela fé, como um movimento homossexual, pois trazia acolhimento e solidariedade para as pessoas homossexuais que desde sempre foram atacadas pela igreja e pela sociedade, atribuindo a essa experiência a gênese do movimento homossexual em Sergipe (Cardoso, 2021, p. 40).

Nesse movimento de comunicação entre a comunidade de homossexuais e um representante do cristianismo que começaram a ser provocados diálogos em busca de um apoio. O passo a seguir foi a comunicação do grupo que estava sendo formalizado junto ao jornal *Lampião de Esquina* e o grupo *Somos* sendo sua primeira proximidade em um evento promovido pela Universidade Federal de Sergipe na cidade de Salvador, segundo entrevista concedida para Cardoso (2021) foi através dos exemplares do *Lampião de Esquina* que os participantes do Grupo *Dialogay* de Sergipe tomaram conhecimento sobre o movimento homossexual no Brasil.

A luta, em âmbito estadual, também chegou à Universidade Federal de Sergipe. Nesse contexto, tem-se a presença do movimento homossexual no campo acadêmico, comprovando a abrangência dos debates, que deixaram de ser diálogos individualizados para ocupar o cenário do conhecimento teórico, alinhando-se também com as pautas de mulheres e questões raciais.

Nesse universo espremido entre a cooptação política e a epidemia da aids, os temas debatidos pelo movimento de liberação homossexual brasileiro acabaram indo parar, na década de 1980, direta ou indiretamente, em salas de universidades. Sobretudo nas áreas de sociologia e antropologia, instaurou-se uma tendência mais crítica ao liberacionismo quei, com base em referenciais teóricos típicos do período [...] (Trevisan, 2018, p. 365).

Foi no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Sergipe que os primeiros espaços de diálogo com a classe estudantil e de movimentos sociais que o grupo *SOMOS* iniciou as exposições.

Outro ponto interessante apontado pelo Cardoso (2021) foi a articulação do grupo *Dialogay* além de ser realizada no DCE da UFS também eram realizadas reuniões nos domicílios de pessoas integrantes do grupo. Nesses momentos dialogavam sobre questões de direitos humanos e homossexuais, participação de outras lideranças como do jornal *Lampião de Esquina*, troca de experiências, leitura de livros, jornais e exibição de filmes (Cardoso, 2021).

No ano de 1980 o então presidente do Grupo Gay da Bahia (GGB) entrou em contato com o grupo através das lideranças de Wellington Gomes Andrade, Ivo Adnil Silva, Carlos Roberto Andrade, Mara Lopes e Aracy Santos Mendonça para impulsionar a formação do Grupo *Dialogay* de Sergipe que foi fundado no dia 14 de março de 1981 e se tornou o primeiro grupo homossexual de Sergipe (Cardoso, 2021).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Essa proximidade do Grupo Dialogay de Sergipe (GDS) com o Grupo Gay da Bahia (GGB) incitou o movimento homossexual no estado de Sergipe em contrapartida o grupo de Sergipe informava sobre os casos de violência e assassinatos contra a população homossexual com intuito de mapear a violência anualmente nos boletins.

Foram através do diálogo entre os grupos do movimento homossexual do Brasil que se constituiu uma rede de comunicação junto a outros grupos como o SOMOS de São Paulo, o GGB da Bahia, não somente de embates contra as formas de violência, exploração, dominação e opressão, como também uma rede de apoio entre as pessoas de uma população que se sente protegida quando está entre seus pares. Criar e contar as memórias é fazer lembrar como o movimento se formou em um cenário controverso.

Durante a década de 1980 Grupo Dialogay de Sergipe (GDS) tinha proximidade com um deputado estadual de Sergipe o qual contribuía com o movimento no estado, porém, a sua identidade era mantida no anonimato para assegurar a sua candidatura política e não prejudicar o capital financeiro a partir de uma exposição pública, uma vez que o mesmo tinha receio de uma exposição por ser colaborador de um grupo homossexual (Cardoso, 2021).

“Entre o final de 1981 e o início de 1982, o Grupo Dialogay de Sergipe (GDS) começou a produzir seu próprio boletim informativo como forma de divulgação de suas atividades interna e externamente [...]” (Cardoso, 2021, p. 84). Importante produção dos próprios folhetins informativos, reflexo de incentivos de jornais produzidos no eixo Rio-São Paulo.

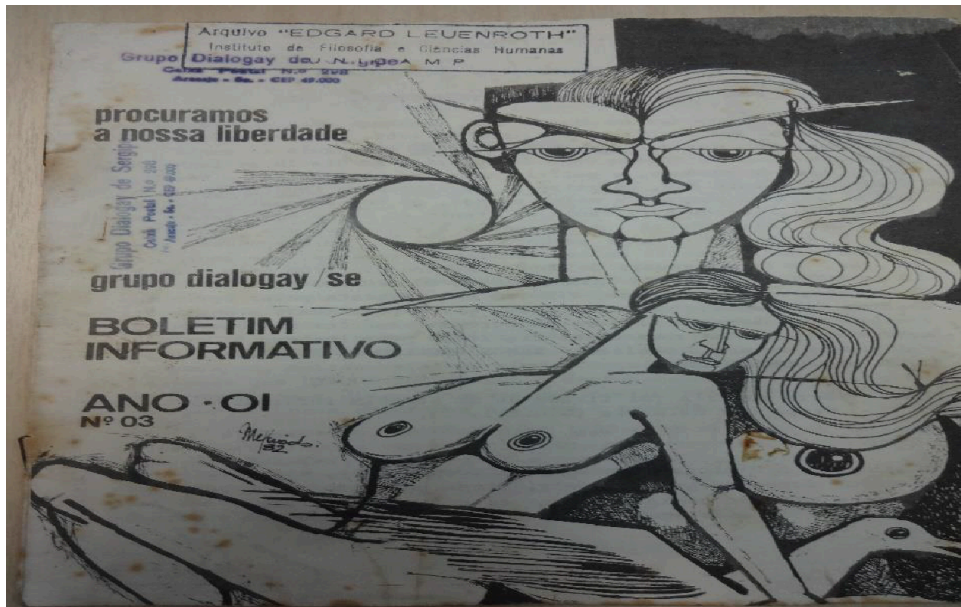


Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Figura 1 Boletim do Grupo Dialogay Sergipe, nº 3, 1982



Fonte: Cardoso (2021, p. 84), segundo a fonte a imagem foi cedida do arquivo pessoal de Wellington Gomes Andrade.

Para Menezes (2018) o Grupo Dialogay Sergipe (GDS) estava inserido em um contexto político com cenários difíceis para a comunidade LGBTI em Sergipe, não existiam muitas produções acadêmicas, escassos debates, mas ainda assim o grupo conseguiu desenvolver atividades culturais com intenção de a visibilidade para o movimento. Além da produção própria de folhetins, o GDS contava com o apoio da Secretaria de Saúde do Estado no que tange o combate à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Desde a primeira notificação de soropositividade no estado o grupo deu início ao acompanhamento do tratamento.

O vínculo do grupo com a Secretaria de Saúde do Estado se tornou cada vez mais estreito através de um médico sanitarista, que se tornaria Coordenador Estadual do Programa de Combate ao HIV/AIDS, e que começara a realizar trabalhos de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) em bairros periféricos em Aracaju em 1985 e se notabilizou, com reconhecimento nacional, como um dos principais personagens no combate à AIDS. [...] (Melo, 2013, p. 97).

Na citação anterior é notória a correlação do movimento homossexual com o combate e prevenção à chamada, na época, “peste gay” que se alastrou pelo país e pouco, ou quase nada, foi feito pelo Estado. De acordo com Melo (2013), o próprio sanitarista, que se tornou Coordenador Estadual do Programa de Combate ao HIV/AIDS, reconhece que as ações do Grupo

Dialogay de Sergipe pressionaram o Estado e estabeleceu correlação de forças contrárias as pautas conservadoras que estavam presentes na esfera política do estado.

Durante os anos de 1990 ocorreu a organização administrativa e financeira dos grupos da militância LGBT para se ter acesso a recursos do Estado, porém, apenas em 1993 (12 anos depois da sua fundação) o Grupo Dialogay de Sergipe obteve um registro em cartório para em seguida obter reconhecimento pela Assembleia Legislativa do Estado enquanto função pública o que possibilitou a sua participação em editais do Ministério da Saúde e efetivação dos convênios (Melo, 2013).

De acordo com Menezes (2018) é através do Grupo Dialogay de Sergipe (GDS) que se tem em Aracaju a “Rua 28 de Junho” institucionalizada pela lei municipal nº 1.822 em 1992, em alusão ao Dia do Orgulho Gay, no ano seguinte o vereador Abrão Crispim do PT realiza uma menção de louvor em homenagem à luta das pessoas homossexuais. No ano de 1995, é realizada a 1ª Parada da Paz, cujo percurso se deu da Praça Camerindo até a Praça Fausto Cardoso, no centro da capital Aracaju, momento utilizado pela militância para realizar pesquisa sobre a união de pessoas do mesmo sexo. Durante esse momento as pessoas militantes realizavam pesquisa pública sobre a união civil de pessoas do mesmo sexo, cuja enquete envolvia inclusive a identificação dos níveis cultural e social do entrevistado, bem como sua idade (Menezes, 2018).

Dentre outros fatos, o recorte jornalístico (Gazeta Sergipe, 21.07.1995) abaixo apresentado, destaca que pesquisa realizada pelo SBT à época, apontou que 41,8% dos participantes são favoráveis à união civil das pessoas do mesmo sexo, enquanto 58,2% eram contrárias. Também evidenciou o deslocamento de 100 pessoas de Sergipe para Brasília, com a intenção de pressionar os deputados para aprovação do Projeto de Lei nº 1.151 de autoria da deputada Marta Suplicy. Assim, o movimento lutava para sair do armário e assumir sua liberdade sexual.

É inegável o impacto do Grupo Dialogay ao longo dos anos, principalmente, nas zonas centrais e periféricas. Durante a sua atuação na luta contra o preconceito e visibilidade o coletivo incentivou, apoiou e protagonizou o primeiro casamento LGBT, no estado de Sergipe, que aconteceu em 27 de março de 1996, inclusive tendo o vereador petista Gilvan Melo como padrinho do casamento (Menezes, 2018). O noivo era homem cisgênero a noiva era uma travesti, adentrou à cerimônia vestida de noiva tradicional, em contrapartida um “pastor-vereador” se posicionou contrário a união que considerou o ato como “perversão diabólica” (Melo, 2013).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[...] De fato, ao apostar no Estado por reconhecimento, nos restringimos efetivamente ao domínio do que será reconhecível como legítimos arranjos sexuais, fortalecendo, assim, o Estado como a fonte para as normas de reconhecimento e eclipsando outras possibilidades na sociedade civil e na vida cultural. Exigir e receber reconhecimento, segundo normas que legitimam o casamento e deslegitimam formas de alianças sexuais fora do casamento, ou normas que são articuladas em uma relação crítica ao casamento, é deslocar o espaço de deslegitimação de uma parte da comunidade gay para outra, ou, mais ainda, é transformar uma deslegitimação coletiva em uma deslegitimação seletiva. É difícil, senão impossível, reconciliar uma tal prática com um movimento sexualmente progressista e radicalmente democrático. O que significaria excluir do campo de legitimação possível aqueles que estão fora do casamento, aqueles que vivem não monogamicamente, aqueles que vivem sós, ou aqueles que vivem em quaisquer arranjos que não sejam formas de casamento? (Butler, 2003, p. 240).

Este reconhecimento por parte do Estado legitima ainda mais a sua força, o mesmo acontece pelos padrões heterossexuais, cisgêneros e patriarcais dos quais se esperam em um matrimônio entre um noivo e uma noiva.

A Associação de Travestis Unidas na Luta pela Cidadania (UNIDAS), nos termos de Chagas e Oliveira (2022), foi criada no ano de 1999, realizavam reuniões com as travestis, trocavam experiências sobre suas vidas, dialogavam sobre os cuidados contra as DST/AIDS, redução de danos no uso do silicone industrial e conversavam sobre os perigos das violências contra as profissionais do sexo.

Nesse instante é possível observar a criação da Associação Direitos Humanos e Cidadania LGBTQIA+ (ASTRA) bem como a Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de Sergipe (ADHONES) e da UNIDAS em um contexto de fortalecimento do movimento que se afasta apenas da pauta homossexual e se aproxima da pauta LGBT (durante os anos 2000).

Observou-se uma preocupação sobre o vírus uma vez que o foco de cuidado estava voltado para profissionais do sexo e para as pessoas da população LGBT. Foi nessa conjuntura que a UNIDAS se formou, com a participação de pessoas trans e travestis como Luciana Lins, Jessica Taylor, Maluma, Edith, Ruth, Lys, Ayla, entre outras, além da cooperação de pessoas cisgêneras, principalmente, profissionais da saúde, como o Dr. Almir Santana, Dr. Mário Vidal, Eliana Chagas, Ana Hermínia, Andrey das Chagas Lemos, a professora de Serviço Social Clarissa Andrade Carvalho e outras atuações (Chagas; Oliveira, 2022).

No ano de 2010 a Prefeitura Municipal de Aracaju reconheceu o Movimento de Lésbicas de Sergipe (MOLS), o qual existia desde 2008, levantando pautas importantes para as mulheres lésbicas na capital de Sergipe. A lei nº 3908 de 02 de junho de 2010 instituiu a utilidade pública do

MOLS a qual apresenta sua sede em Aracaju, tal reconhecimento indicou uma movimentação coletiva voltada principalmente para as ações de educação permanente e debates das temáticas de lésbicas.

Ao longo dos anos outras Organizações não-governamentais (ONGs) para o público LGBTQIAPN+ foram criadas, tais como: Associação LGBTQIA+ Simão Dias (AGS), Associação de Transgêneros de Estância (ASTRAES), Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (AmoSerTrans), Adversidade em Ação em Busca da Cidadania LGBT do Baixo São Francisco (A.D.A. LGBT/SE), CasAmor Neide Silva, REMONTA LGBTQIAPN+.

Logo, o movimento LGBTQIAPN+ em Sergipe iniciou durante a década de 1970 com uma proteção de um padre e chegou até a contemporaneidade perpassando por atravessamentos políticos, contradições, construções, diálogos, contra as violências atuadas por grupos conservadores. Notou-se que foi graças a seus embates que o movimento passou a ser referenciado no país pressionando o estado para a implementação de ações voltadas para as pessoas LGBTQIAPN+.

2 Breve debate teórico que possibilita o avanço da luta LGBTQIAPN+

O avanço e transformação da história se deu através de tensões provocadas, principalmente, pelas classes subalternizadas em contrário a uma sistemática que domina e oprime pessoas. A modificação surge através de coletividade e reclama por modificações sociais, políticas e culturais.

“Os movimentos sociais movem a sociedade dando-lhe um novo modelo cultural alternativo e uma ordem moral que contribui para institucionalizá-los, nessa sequência [...]” (Eder, 2002, p. 190). Tais manifestações sociais buscam por desenvolvimentos divergentes à ordem imposta pelas classes dominantes. Para Eder (2002) o movimento social está intrinsecamente ligado que luta contra padrões normativos utilizados pelas elites modernizadoras uma vez que existem interpretações contrárias quanto uma ordem moral.

As primeiras análises sobre os movimentos sociais estavam intrinsecamente ligadas ao sentido psicológico das pautas identitárias de forma individual. Entretanto, a compreensão evoluiu para abarcar o sentido coletivo, criando mecanismos voltados à construção de uma nova ordem social. Ao analisar as demandas específicas, era necessário captar recursos para o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

funcionamento objetivo, pois seus impactos seriam limitados sem a organização de campanhas para angariar fundos econômicos. Essa primeira corrente de análise dos movimentos sociais considerava a importância da utilização de finanças e do auxílio de recursos humanos para realizar suas mobilizações (Silva, 2018). Dessa forma, a prioridade central para o início desses movimentos era justamente o financiamento.

Contudo, essa visão apresenta uma problemática: a Teoria da Mobilização de Recursos, além de invisibilizar as lutas e os objetivos de muitos grupos considerados minoritários, exclui da análise política a problemática das relações entre as classes sociais, o sistema de dominação e a reprodução do capital e da força de trabalho. É importante destacar os pontos chave dessa teoria e levantar seus contrapontos, que podem trazer uma leitura unilateral e, assim, abandonar a prioridade dos movimentos.

A segunda teoria abordada sobre os movimentos sociais é a Teoria do Processo Político, surgida na contemporaneidade. Esta teoria tende a analisar as conjunturas políticas em que os movimentos estão organizados, considerando que as estruturas políticas podem ser mais ou menos favoráveis aos seus objetivos. Para Silva (2018), existem cenários políticos que podem contribuir ou prejudicar os movimentos, dependendo dos elementos operacionais chamados de Estruturas de Oportunidades Políticas, que vão além das questões socioeconômicas. Aqui, lembra-se que o Estado é um dos importantes atores no campo das disputas, uma vez que sua presença pode contrariar as ações dos movimentos e apoiar a classe hegemônica, como exemplificado pelas ditaduras que criminalizam a coletividade através do autoritarismo.

É necessário observar o movimento social sob essa perspectiva política por duas razões: primeiro, porque supera o campo político limitado às candidaturas no sistema eleitoral; segundo, porque demonstra um impacto na vida social de seus participantes como figuras políticas e das populações que são a razão para subverter a ordem.

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais está ligada à leitura mais recente dos movimentos. Seu surgimento, oriundo dos anos 1970, foi marcado por novas organizações coletivas que se levantaram não apenas contra as classes sociais exploratórias, mas principalmente contra a cultura de dominação e opressão dos preconceitos. De acordo com Silva (2018), durante e após os anos 1970, surgiram problemáticas evidentes que os debates reivindicatórios da classe trabalhadora não conseguiam alcançar, o que ressaltou a urgência de novas participações de outras camadas da população. Envolver sujeitos nos novos movimentos sociais é abarcar novas formas de transformação, atreladas ao cruzamento único entre as dominações existentes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[...] Os fundamentos da ordem moral são agora necessidades e vontades coletivas. Surge uma nova sociedade, na qual se desenvolvem movimentos sociais que tentam se opor aos que administram essas necessidades e vontades defendendo, ao mesmo tempo, as “suas” necessidades. Esses movimentos são caracterizados por um desenvolvimento social com uma orientação cultural diferente; por um novo tipo de relação social antagônica entre a tecnocracia e seus clientes; e por uma nova identidade coletiva que atravessa as linhas tradicionais e que, em última instância, são baseados numa consideração igual de cada particularidade. Portanto, os movimentos que surgem hoje podem ser vistos como os sucessores dos velhos movimentos ligados a uma sociedade anterior. Nesse sentido, eles podem ser chamados de “novos movimentos sociais” (Eder, 2002, p. 193).

É possível concluir da citação anterior que o autor realiza uma abordagem quanto as dinâmicas sociais contemporâneas e o quanto isso gera implicações para os movimentos sociais. As necessidades e demandas coletivas implicam em uma mudança significativa na base da organização social a qual anteriormente estava centrada em valores individuais e com o passar do tempo a transformação passou a integralizar os interesses coletivos com consciência social. Com a compreensão dos novos movimentos sociais surge uma tensão entre as estruturas organizacionais e as demandas específicas dos movimentos emergentes contra a dominação.

Para Eder (2002) os novos movimentos sociais apresentam características importantes: o desenvolvimento social com uma orientação cultural diferente daquela imposta pelas classes dominantes, realiza isso enquanto uma forma de ruptura com o que foi estabelecido, além de buscar novas formas de organização e expressão social. Um segundo aspecto importante se refere à tecnocracia dos grupos que detém o controle técnico e administrativo da sociedade, ou seja, uma relação antagônica entre o poder institucionalizado e as demandas da sociedade. Por fim, é construída uma nova identidade coletiva que ultrapassa as divisões da tradição a fim de transformação social.

Eder (2002) sugere que os novos movimentos sociais podem ser vistos como sucessores dos antigos movimentos, ligados a uma sociedade com uma conjuntura anterior. Em outras palavras, os novos movimentos sociais são uma continuação das lutas passadas, adaptadas às novas realidades e desafios da sociedade contemporânea. Eles herdam e transformam as tradições de resistência e de busca por justiça social, moldando-as para responder às demandas e necessidades do momento presente.

Ao analisar os diversos movimentos sociais no Brasil, as referências apontam que foram as condições emergentes das ditaduras na América Latina e no Brasil que impulsionaram essas reformas sociais, organizando os coletivos com maior potencial. Durante a crise do “milagre econômico”, a classe trabalhadora sentiu o arrocho salarial, o desemprego e o agravamento de

suas condições de vida, que se somaram à péssima situação econômica do país (Montaño; Duriguetto, 2010), contrariando as justificativas utilizadas pelo poder militar para a tomada do Estado.

Nesse sentido, houve espaço para o surgimento de reivindicações dentro e fora do mundo do trabalho que não eram contemplados pelo movimento operário. Os TNMS surgem em função desses problemas sociais mais recentes, e que atingem diversos grupos (mulheres, negros). Esses grupos lutam contra a exclusão social, que nesse caso é a exclusão do mercado de consumo de bens e equipamentos coletivos [...] (Silva, 2018, p. 28).

Ao realizar esse movimento de reivindicação, para além da divisão social do trabalho, compreende-se que os problemas antidemocráticos ultrapassam suas ações contra a população brasileira, inserindo-se no campo do conservadorismo que obscurece a vida de pessoas socialmente vulnerabilizadas. Nesse contexto, surgiram movimentos clandestinos que resistiam à ditadura militar, além de movimentos em prol da coletividade, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela reforma agrária, e movimentos étnicos, raciais, feministas, estudantis, pela liberdade sexual e de gênero. Essas reivindicações contestavam a liberdade dos corpos, tanto no âmbito da liberdade sexual quanto da existência. Foi nessa esfera de novas propostas sobre masculinidades, feminilidades e outras possibilidades que nasceu o movimento GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), abrangendo as comunidades que protestavam contra as opressões.

Durante as décadas de 1970 e 1980, mais atores e atrizes importantes emergiram para a representação desses movimentos, incluindo ativistas e militantes, muitos dos quais oriundos de grupos da esquerda política. Contudo, nem todos os grupos de esquerda tratavam dessas pautas com a devida importância (Montaño; Duriguetto, 2010), pontuar isso é importante para notar que nem todas as pessoas estavam na contramão de todas as formas de opressão e preconceito; pelo contrário, todas elas estão suscetíveis a reproduzir o sistema que aprisiona corpos.

Esse movimento social é marcado pelo impacto do vírus do HIV, influenciando a vida cotidiana desse grupo minoritário. Um ponto a se destacar: foi através da necessidade de abordar essa temática que se iniciou a capitalização de recursos e enfrentamento nos desafios no campo da saúde. Eventos, seminários e outras iniciativas continuam a focar nessa questão, evidenciando um passado ainda persistente.

Na década de 1990, o movimento passou a ser denominado Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT). Nesse período, o neoliberalismo se desenvolveu globalmente, fortalecendo a institucionalização de ONGs para refilantropização dentro do sistema burocrático



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

imposto pelo Estado. A análise dos movimentos sociais sob essa perspectiva envolve lutas contra o poder hegemônico, buscando criar uma pauta de inclusão e cidadania. Portanto, nesta dissertação, os processos não foram observados como casos isolados nem apenas sobre as pautas identitárias LGBTQIAPN+, mas também em relação à totalidade das classes sociais vulnerabilizadas pelo sistema capitalista, patriarcal, racista e heterocisnormativo.

Diante deste cenário, é possível observar que o movimento LGBTQIAPN+ se reafirma enquanto possuidor das características citadas por Eder (2002), Montaño e Duriguetto (2010) e Silva (2018). Sua própria construção histórica reforça que o movimento não está apenas ligado às academias; ele é realizado nas ruas e provoca a cultura conservadora construída pelas hegemonias.

Enormes multidões coloridas compostas por LGBT, mas também por percentuais muito expressivos de pessoas autotransclassificadas como heterossexuais, passam a ocupar anualmente, de modo celebrativo, as ruas de centenas de municípios em todas as regiões do país. Rapidamente, o Brasil se tornou conhecido internacionalmente pela quantidade de Paradas e pelas multidões que ocupavam as ruas em algumas capitais, como em São Paulo, que abrigou por anos "a maior Parada do mundo". O sucesso do formato, que sobrevive às críticas de despolitização e segue fazendo com que bairros, cidades, estados e o país tenham de refletir, ainda que temporariamente, sobre a existência e as demandas de LGBT, faz pensar sobre o acerto do enquadramento transgressor e da produção de uma visibilidade plural, baseada em trios elétricos - que tocavam mais música do que diziam palavras de ordem - e em corpos-bandeiras (Facchini, 2018, p. 321).

Há uma importância significativa nas Paradas LGBTQIAPN+, pois são os principais eventos que destacam a resistência dessa população em favor da diversidade de identidades, expressões e sexualidades. Além de enfatizarem as lutas contra o preconceito, essas paradas funcionam como espaços para levantar as pautas e demandas dessa comunidade. Tal organização política representa um momento de celebração das vidas e bandeiras levantadas em favor de políticas públicas específicas para transformar a realidade.

A Parada LGBTQIAPN+ em Sergipe segue essa mesma lógica. Anualmente, a ASTRA, em parceria com outras entidades, lideranças do movimento, empresas e setores públicos, realiza um circuito de ações educativas, apresentações artísticas, debates, formação política e o dia de celebração. Tais ações tendem a desafiar a cultura conservadora e abrir espaços para que diversas pessoas se posicionem em conjunto sobre suas identidades. Esse momento é historicamente significativo e, na contemporaneidade, atrai milhares de pessoas às ruas.

Por outro lado, é importante fazer algumas considerações apresentadas pelo próprio movimento LGBTQIAPN+. Segundo Quinalha (2017), o início do movimento homossexual no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Brasil enfrentou resistências por parte das próprias pessoas LGBTQIAPN+ em participarem, devido ao receio de se exporem publicamente.

Outro ponto ressaltado nas referências bibliográficas de Trevisan (2018) e Quinalha (2017), entre outros autores, são as questões de luta durante a repressão da ditadura militar de 1964. Durante esse período, partidos políticos de direita excluía as pessoas LGBTQIAPN+, enquanto a esquerda radical minimizava a importância das pautas dessa população, considerando que desviavam a atenção da luta da classe operária.

Tal postura significava, de imediato, uma afronta direta à ditadura, ao regime cujos esteios estavam fixados em uma moral conservadora que repelia o prazer e o desejo, sobretudo os homossexuais. No entanto, reivindicar a liberdade de orientação sexual e de identidade de gênero também representava um desafio bastante incômodo aos partidos e grupos vinculados aos setores mais tradicionais da esquerda, inclusive na imprensa, que não detinham ainda acúmulo e, muitas vezes, sequer abertura para esta agenda específica (Quinalha, 2017, p. 284).

Essas considerações são importantes para colocar em pauta que as questões relacionadas ao movimento LGBTQIAPN+ ainda apresentam pontos de resistência e preconceitos dentro da própria população, além de um desinteresse da esquerda radical em acolher e incorporar essas lutas. Para tanto, é necessário uma coligação e diálogos de ambas as partes para alcançar um patamar de equidade social.

De acordo com Silva (2018, p. 25), nos movimentos sociais existem grupos compostos por diversas classes, que nem sempre buscam mudar toda a estrutura social, tampouco extinguir o poder do capital. Nem todos os movimentos sociais estão atrelados às reformas sociais; muitos entram no campo das lutas políticas e continuam a operar dentro do mesmo sistema que explora, aliena e desumaniza, sem resolver as raízes dos problemas. Dentro do proletariado, existem diferentes classes sociais, algumas das quais nem se consideram parte dessa configuração econômica. Por esse motivo, não se sentem subalternizadas; ao contrário, identificam-se mais com a burguesia e seus valores do que com uma divisão social do trabalho que as coloca na base da pirâmide econômica.

Para Galvão (2011), existem diversas diferenciações hierárquicas dentro do operariado, incluindo a pequena burguesia, produtores familiares, trabalhadores em cargos mais altos, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o movimento social LGBTQIAPN+ em Sergipe e sobre as formas de organização política a partir do que a teoria apresenta como definição do que é um movimento social é observar que o movimento utiliza estratégias para minar as desigualdades e preconceitos. A implementação de direitos sociais pelo Estado só ocorreu devido ao frequente embate entre as classes subalternizadas, que se reconhecem como identidades LGBTQIAPN+ e manifestaram, de forma coletiva, descontentamento com o sistema imposto.

Existe no movimento LGBTQIAPN+ de Sergipe uma transformação que acompanha as considerações do nível nacional. Enquanto as primeiras reuniões coletivas ocorriam nas imediações de igrejas católicas, novas necessidades surgiram. Questões relativas às violências por fatores de identidade de gênero, expressão de gênero e sexualidade já não cabiam em um espaço que historicamente propunha a dominação dos corpos.

Os debates tomarem espaço nas academias é de suma importância, uma vez que é por meio da transformação das ciências que o conhecimento é compartilhado e as tendências teóricas são capazes de destituir os poderes e as expressões demarcadas pelas estruturas. A criação de ferramentas teóricas alinhadas à práxis é capaz de produzir críticas ao que está posto pelas classes dominantes.

Durante a década de 1980, a luta percorreu um longo caminho, pois, além do acirramento contra o preconceito, surgiu também a epidemia de HIV/AIDS. Nesse sentido, tanto no Brasil quanto em Sergipe, o movimento homossexual incorporou em suas demandas a exigência de que o Estado formasse uma rede de atenção voltada para as populações vulnerabilizadas.

Considerando as análises, é possível afirmar que os novos movimentos sociais desempenham um papel crucial na dinâmica social atual. Eles representam uma força de mudança e de contestação que desafia as estruturas estabelecidas, promovendo novos valores e formas de organização social. Além disso, esses movimentos promovem uma visão mais inclusiva e equitativa da sociedade, buscando atender às necessidades e vontades coletivas de maneira mais justa e democrática.

Existem também questões raramente abordadas nas referências bibliográficas, documentais e nos eventos de ativismo: a luta deve também se estender às estruturas sociais. O olhar da consubstancialidade pode abranger novos objetivos do movimento social LGBTQIAPN+.

Levar em consideração que a formação sócio-histórica do Brasil é heterocispatrilial, racista e classista, baseada na colonialidade, pode ampliar os campos de luta do movimento. Existem possibilidades nos tensionamentos criados entre as pessoas LGBTQIAPN+, o Estado e a cultura conservadora.

Ao legitimar pautas identitárias, deve-se ter em vista um horizonte comum onde a justiça e a cidadania sejam as principais bases sociais. Ao observar que os tensionamentos ainda têm um longo percurso nos campos de embates, é possível prever que as consequências estarão baseadas em princípios e direitos humanos, uma vez que a sociabilidade estará fundamentada no respeito e no reconhecimento do outro como parte de si.

O caminho a ser trilhado deve levar em consideração as múltiplas formas de diversidade de identidades de gênero, expressões de gênero e sexualidades, assim como buscar uma unificação das lutas através de diálogos e formações educacionais. A difusão dos estudos oriundos da decolonialidade a partir do feminismo negro e estudos trans é um meio eficaz dentro do campo acadêmico (Facchini, 2018).

Existem também outras formas do movimento LGBTQIAPN+ ganhar destaque no campo do ativismo, sendo a organização política e educacional um meio de fomentar, dentro da própria população, discussões quanto às questões de identidade, expressão de gênero e sexualidades. Nas ruas e nas esferas políticas, que fazem parte do Estado, as estratégias de diálogo e a vida cotidiana podem se atrelar em um debate constante (Facchini, 2018). Ora, uma vez que o Estado tem a função de regular o funcionamento da vida cotidiana, é necessário que pessoas LGBTQIAPN+ estejam na sua construção e participem ativamente com o objetivo de transformar o que está posto. Por fim, atingir as estruturas sociais ainda é o grande desafio, porém, com um conjunto de ações e a continuidade de um movimento social forte e comprometido com a revolução, é possível angariar novas perspectivas de uma contínua transformação.

Referências

ARACAJU. Prefeitura Municipal de Aracaju. Lei nº 3908 de 02 de junho de 2010. Lei que dispõe sobre a utilidade pública do Movimento de Lésbicas de Sergipe (MOLS). Aracaju, 2010.

BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 21, p. 219-260, 2003.

CARDOSO, M. W. S. **Por uma história do movimento Homossexual em Sergipe**: da comunidade católica homossexual no final dos anos de 1970 à formação do Grupo Dialogay



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(1981-1983). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

CHAGAS, E.; OLIVEIRA, J. M. D. de. **UNIDAS!** 20 anos de luta pela cidadania – percepções e itinerário de uma batalha. EDISE, 1º ed., Aracaju, 2022.

EDER, K. **A nova política de classes**. Bauru: EDUSC, 2002.

FACCHINI, R. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT. GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1º ed. São Paulo, Alameda, 2018.

GALVÃO, A. Marxismo e Movimentos Sociais. **Crítica Marxista**, n.32, p.107-126, Campinas, 2011.

MELO, M. R. de. **Itinerários e “Lutas”**: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012). Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

MENEZES, M. L. de. **Avanços, lutas e desafios**: Trajetórias do Movimento LGBT de Sergipe. Trabalho de Conclusão de Curso. (Especialização em Educação Especial Inclusiva) – Faculdade Jardins, Aracaju, 2018.

MONTAÑO, C.; DURIGUETO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 5. São Paulo, Cortez: 2010.

QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, G. A. da. **Trajetória do Movimento Negro Unificado em Goiás**: Os dilemas e as ações mobilizadoras contra o racismo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2018.